



PARTE A

LICITAÇÃO COM RESERVA DE ITEM PARA ME / EPP / MEI

LICITAÇÃO N.º 005/CPL/2018

PROCESSO N.º 468/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ORIGEM DOS RECURSOS: 266 – FNS CUSTEIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00

DOTAÇÃO: 369

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0015.2105

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 246.060,00 (Duzentos e quarenta e seis mil e sessenta reais)

VISITA TÉCNICA E RETIRADA DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA: Do dia da Publicação do edital, até a véspera da data de entrega dos envelopes no horário de 10:00 às 16:00 horas.

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 09 DE MARÇO DE 2018 ÀS 15:00 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 09 DE MARÇO DE 2018 ÀS 15:00 HORAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ACONDICIONAMENTO E ENCAMINHAMENTO PARA DISPOSIÇÃO FINAL E/OU TRATAMENTO ESPECÍFICO ADEQUADO, DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, DE RESÍDUOS PERFUROCORANTES, RESÍDUOS COMUNS DE SAÚDE E RESÍDUOS QUÍMICOS (DORAVANTE DESIGNADOS SIMPLEMENTE LIXO DE SERVIÇOS DE SAÚDE) GERADOS NAS UNIDADES BÁSICAS, CENTROS ESPECIALIZADOS E UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DORAVANTE DESIGNADA SIMPLEMENTE SEMUS.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALIDADE DO CONTRATO: 04 (QUATRO) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Minuta de Contrato
Anexo 7	-	Termo de Referência
Anexo 8	-	Ata de Registro de Preços
Anexo 9	-	Atestado de Visita Técnica
Anexo 10	-	Declaração de Concordância dos Termos do Edital

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro



PARTE B

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **005/CPL/2018**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 4.054 de 03 de fevereiro 2015, Decreto Municipal nº 4.250, de 02 de dezembro 2015, Decreto Municipal nº 4.482/2017, Decreto Municipal nº 4.481/2017e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **09 DE MARÇO DE 2018 ÀS 13:00 HORAS**. A sessão pública será realizada nasala de reuniões da CPL em **09 DE MARÇO DE 2018 ÀS 13:00 HORAS**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de comunicação pelo Pregoeiro.

1.4 – **REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: licitacaopmpparacambi@gmail.com, mediante entrega de 02 Resma de papel A4e apresentação do carimbo com CNPJ.

2- DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ACONDICIONAMENTO E ENCAMINHAMENTO PARA DISPOSIÇÃO FINAL E/OU TRATAMENTO ESPECÍFICO ADEQUADO, DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, DE RESÍDUOS PERFUROCORTANTES, RESÍDUOS COMUNS DE SAÚDE E RESÍDUOS QUÍMICOS (DORAVANTE DESIGNADOS SIMPLEMENTE LIXO DE SERVIÇOS DE SAÚDE) GERADOS NAS UNIDADES BÁSICAS, CENTROS ESPECIALIZADOS E UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DORAVANTE DESIGNADA SIMPLEMENTE SEMUS**, conforme descritos e especificados no ANEXO 7 – Termo de Referência e ANEXO 1 e 1.1 do EDITAL.

3– PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar do presente pregão presencial, a empresa que atender a todas as exigências, quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos nos seguintes termos:

3.1.1. Para os itens constantes do **Grupo 1 – Ampla Participação** os interessados que atendam aos requisitos deste edital.

3.1.2. Para os itens constantes do **Grupo 2 – Exclusivo para ME / EPP / MEI** as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI nos termos da Lei Complementar nº 147/2014.



3.1.2.1. Para os itens constantes do **Grupo 2 – Exclusivo para ME / EPP / MEI** haverá uma fase de lances exclusivamente para as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014.

3.1.2.2. Os interessados que atendam aos requisitos do edital, porém não se enquadrem como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, também poderão apresentar propostas de preços para os itens constantes do Grupo2 – Exclusivo para ME/EPP/MEI. Tal procedimento tem por objetivo viabilizar a aplicação do disposto no subitem 8.10 da seção 8 (Julgamento das Propostas), quando suas propostas poderão vir a ser consideradas para efeito de julgamento, face à impossibilidade de se adjudicar os itens a empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

3.1.2.3 Na hipótese de não haver a adjudicação dos itens cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a nenhum licitante que concorra na qualidade de ME/EPP/MEI, o Pregoeiro procederá à abertura de nova sessão pública, em ato contínuo, iniciando a fase de lances entre os proponentes que tenham, nas condições do subitem 3.1.2.2, apresentado proposta de preços.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.4 - Vedada a participação de pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

3.5 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.6 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a integrantes do Poder Público Municipal de Paracambi, por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.

3.8 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.8.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.9 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.10 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.



3.11 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

4 - CREDENCIAMENTO

4.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando o se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela Administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – Estará impedido que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, e fora de qualquer envelope a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (anexo 2), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 – As Cooperativas deverão entregar os seguintes documentos:

4.4.1 – Registro na Junta Comercial e estatuto social em vigor, devidamente registrado;

4.4.2 – Cadastro dos Contribuintes Mobiliários da Prefeitura Municipal (da sua sede, como contribuinte do ISS);



4.4.3 – A relação dos cooperados que atendam aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inc. XI, 21, inc. I, e 42, §§ 2º e 6º, todos da Lei nº 5.764/71;

4.4.4 – Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSC I de cada um dos cooperados relacionados;

4.4.5 – Comprovação do capital social proporcional ao numero de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.4.6 – O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/71;

4.4.7 – A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

4.4.8 – Comprovação da Diretoria ou Conselho de Administração em exercício que devem ser integrados, exclusivamente, por associados (art. 47 da Lei nº 5.764/71);

4.4.9 – Os seguintes documentos para comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto Social com ata da assembleia;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assmbleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três ultimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

4.4.10 – A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71, ou uma declaração, sob as penas da Lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4.5 – Quando da contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, no caso de cooperativa, ou pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição sem fins lucrativos, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.6 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na sala da CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, no horário de 10:00 as 16:00 horas, **NAO SENDO AUTENTICADOS NENHUM DOCUMENTO NA SESSÃO.**

4.7 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.



4.8 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º 005/CPL/2018
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º 005/CPL/2018
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.2.1 – É facultada ao licitante cotar todos, alguns ou somente um dos itens definidos no projeto básico ou termo de referência.

6.3 – A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter a indicação da marca;
- c) conter preço final do objeto para cada item e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- d) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser apostado o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta, devidamente assinada, sob pena de desclassificação e sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 - As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 7 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:



- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- e) prazo de entrega será até 30 (trinta) dias, após autorização da ordem de fornecimento, e será definido de acordo com secretaria requisitante conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I – não estejam devidamente assinadas;

II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.

III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

IV – apresente preço manifestamente inexecutável ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.

V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexecutável, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo



credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 – Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão o Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço global.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de fornecimento dos lances verbais.

7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;

7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

7.10 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada o Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

7.14 – As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, que deverão apresentar, fora dos envelopes, declaração (ANEXO 5) de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar nº 123/2006.



8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor unitário, obedecido critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.16 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido e registrado em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.6 – Após a etapa de lances referente aos itens do **Grupo 1 – Ampla Participação**, sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por microempreendedor individual que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.7 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



8.9 – A condição prevista no subitem 8.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou por microempreendedor individual.

8.10 – Para o rol de itens constantes do **Grupo 2 – Exclusivo para ME / EPP / MEI**, não havendo vencedor entre empresas enquadradas como EPP, ME e MEI o Pregoeiro procederá na conformidade com o disposto nos subitens 3.1.2.2 e 3.1.2.3, iniciando a fase de lances entre os proponentes que, mesmo não concorrendo na qualidade de EPP/ME/MEI, tenham apresentado proposta.

8.11 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta aceitável, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.14- Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.15 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço unitário e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.16 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.17 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação do item proposto.

8.18 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, não sendo autenticados nenhum documento na sessão.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2–Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.

9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 –Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.



9.1.5—Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 – Habilitação Jurídica

9.2.1.1 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

9.2.1.2 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;

9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;

9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhando de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;

9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;

9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;

9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).

9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.

9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza



(ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.

- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.
- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.
- 9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira

- 9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

ILG \geq 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:



$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo,

ELP = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

9.2.3.1.2 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.31, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

9.2.3.1.3 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

9.2.4 – Qualificação Técnica:

9.2.4.1 - Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante,



e que indique expressamente a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde – RSSS – sendo eles caracterizados como dos “GRUPOS “A”, “B” e “E” em conformidade com a Resolução CONAMA nº 358/2005, Resolução RDC ANVISA nº 306/2004.

9.2.4.2 - Atestado de Visita Técnica conforme anexo 9 do Edital a ser realizada nas dependências da Unidade por representante da licitante acompanhado do devido documento de credenciamento.

9.2.4.3 - Prova de registro no CREA, da licitante e de seus profissionais. A comprovação só será considerada atendida mediante apresentação da certidão de pessoa jurídica expedida pelo CREA, com validade na data da licitação, relativo ao domicílio ou sede do licitante desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto definido neste Edital e seus anexos;

9.2.4.4 - A comprovação de que o(s) responsável (s) técnico(s), detentor(es) dos atestado(s) pertencem ao quadro permanente da empresa ou que esteja a ela vinculado se fará através da apresentação de um dos documentos abaixo listados:

- Ficha de registro de trabalho, autenticado junto ao DRT (Delegacia Regional do Trabalho); - Contrato de trabalho e/ou CTPS (carteira de trabalho e previdência social);

- Contrato de Prestação de Serviços;

- Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

9.2.4.5 - Licença Operacional, Artigo 21, inciso IX Lei 12.305/2010.

9.2.4.6 - Certificado de Inspeção para o transporte de Produtos Perigosos (CIPP), emitido pelo INMETRO (ou entidade por ele credenciada) do (s) veículo (s) utilizado (s) pela licitante para o transporte de resíduos de serviços de saúde em conformidade com o Decreto Federal 96.044/88 e Portaria n. 204/2011.

9.2.4.7 Licença da licitante para Tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde dos grupos A, B e E conforme a classificação do resíduo. Em caso de subcontratação: Licença de Operação para Tratamento da empresa contratada e Declaração de Anuência, Carta de Aceite, Contrato;

9.2.4.8 – Licença do Aterro Sanitário e ou Industrial devidamente emitida pelo órgão competente (estadual e quando necessário federal), utilizado para disposição final dos resíduos de saúde tratados. Caso a Licença do Aterro Sanitário não esteja em nome da empresa licitante, esta deverá apresentar contrato de prestação de serviços e carta de anuência emitida pela empresa proprietária do Aterro Sanitário/industrial anuindo a licitante para encaminhamento de resíduos de saúde tratados;

9.2.4.8.1 - Em caso de subcontratação: Licença de Operação para Disposição Final do aterro subcontratado, e Declaração de Anuência, Carta de Aceite, Contrato;

9.2.4.9 - Alvará da Vigilância Sanitária da empresa licitante referente ao objeto deste Edital, expedido pelo órgão competente (esfera Estadual ou Municipal);

9.2.4.10 - Declaração de que atende as Normas e Procedimentos de Segurança para COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS, segundo a NR 32. 8.4.8;

9.2.4.11 - Apresentação cadastro técnico federal IBAMA da licitante e da subcontratada quando houver;

9.2.4.12 - Declaração de disponibilidade dos Veículos efetivamente utilizados na coleta e transporte e cópia dos documentos de propriedade expedidos pelo DETRAN, em nome da Empresa ou do proprietário da empresa, observada a Legislação vigente no país para o Serviço de Transporte de Resíduos Sólidos/Líquidos Hospitalares, quanto às características do veículo;



9.2.4.13 - Declaração de que possui os Equipamentos de segurança para fins de coleta e transporte até o local destinado, que ficarão a cargo da empresa;

9.2.4.14. Indicação da equipe técnica adequada e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um de seus membros que se responsabilizará pelos trabalhos;

9.2.4.9 - Comprovação, por parte do licitante, através de declaração formal e relação explícita, de que dispõe ou disporá, no momento da execução do contrato, de todos os veículos e equipamentos a serem disponibilizados para garantir a execução dos serviços a serem concedidos, conforme Termo de Referência, na forma do art. 30, parágrafo 6º da Lei nº 8.666/93.

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

10 - IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2..O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.1. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.



10.2 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.3 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas ao Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

12.3. Após homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de _____ (_____) das uteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de _____ (_____) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante, conforme disciplinado no contrato.



13 – DO RECEBIMENTO

13.1 - O objeto será recebido pela efetiva aquisição de material/prestação do serviço, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela **Secretaria Municipal de Saúde**, através de 3 (três) servidores designados.

14 - PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – Assinado contrato, o prazo máximo para o início da execução deverá ser imediato, a contar da data de autorização de início de serviço, conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

14.2 - O prazo de vigência do contrato administrativo somente poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no artigo 57, caput e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o primeiro colocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, a critério da Administração, por igual período, sob pena de decair o direito ao registro e futura contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e, subsidiariamente, nos artigos 81 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.1.1 – Na ata de Registro de Preços constará:

- a) O número da Ata, do processo administrativo e da licitação a que se refere;
- b) A identificação do objeto e a quantidade total estimada;
- c) A relação de fornecedores habilitados que concordarem em praticar os mesmos preços do primeiro colocado no certame, pela ordem de classificação final no processo licitatório, e as respectivas quantidades a serem fornecidas.
- d) O preço unitário do vencedor, com menção de que será praticado por todos os demais fornecedores
- e) O valor total estimado para a execução do objeto;
- f) Os órgãos e entidades usuárias do registro;
- g) O prazo de vigência do registro;
- h) A menção do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos, que integrarão a Ata independentemente de transcrição.

15.1.2 – Serão incluídos na ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, formando cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

15.2 – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;



15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a execução do objeto pretendido, sendo assegurado o beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O procedimento será encerrado com subscrição da Ata de Registro de Preços e homologação do procedimento pelo **Secretaria Municipal de Saúde**.

15.5 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar a Ata de Registro de Preços quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido a aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.6 – Caso a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não se apresente para celebração da Ata de Registro de Preços. Ao preço do primeiro colocado serão registrados tantos fornecedores de bens ou prestadores de serviços quantos concordarem, respeitadas as quantidades oferecidas em cada proposta. A classificação obedecerá a ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas, decidindo-se eventual empate nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993.

15.6.1 – Homologado o resultado da licitação o Órgão Gerenciador, por meio da Comissão Permanente de Licitação, elaborará a ata de registro de preços, na qual serão registrados os preços e os fornecedores de bens ou prestadores de serviços, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições a serem observadas nas futuras contratações e os órgãos participantes.

15.7 – Nas situações previstas no subitem 8.5, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.8 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços
- b) recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do art. 87, inciso iv, DA Lei Federal nº 8.666/1993
- e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

15.9 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

15.9.1 – O fornecedor poderá solicitar ao órgão gerenciador o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, caso em que somente após a concordância do órgão gerenciador será efetivado o cancelamento, dada a respectiva publicidade.

15.10 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.

15.11 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

15.12 – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantagem na contratação para Administração.

15.13 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a 12 (doze) meses, computados neste caso eventuais prorrogações.

16 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA



16.1 – A Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser modificada pelo MUNICÍPIO, sendo obedecidas as disposições contidas no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93;

16.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

16.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o primeiro colocado visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores observada a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação;

16.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso mediante requerimento devidamente comprovado o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17 – DO CONTRATO

17.1 – Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor será convocado no prazo de 2 (dois) dias, para firmar Contrato de Prestação de Serviços, devendo para tanto manter todas as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública.

17.2 – Se a licitante vencedora se recusar a assinar o contrato ou apresentar situação irregular, será chamado outro, conforme ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.3 – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, que poderá ser prorrogado por igual(ais) e sucessivo (s) período (s), a critério da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, § 1º da Lei 8.666/93, desde que devidamente justificado.

18 – DA GARANTIA

18.1 – O **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de 2% (dois por cento) do valor da contratação, a ser restituída após a execução satisfatória das obrigações da **CONTRATADA**.

18.2 – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

18.3 – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e dois) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

19 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

19.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da **Secretaria Municipal de Saúde**.



19.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo **MUNICÍPIO** não eximirão a empresa a ser **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

20 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DEMAIS PENALIDADES

20.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

20.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

20.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

20.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas "a", "e", "f" do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra "b", "c", "d".

20.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

20.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

20.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.



20.1.7 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

21 – RESCISÃO

21.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

22 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 266 – FNS CUSTEIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00

DOTAÇÃO: 369

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0015.2105

23 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente prestação do serviço, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

23.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a execução do objeto contratual.

23.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os itens que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

23.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

23.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecendo o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

23.6 – Caso se faça necessária a representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

23.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

23.8 – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

24 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

24.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.



24.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

25 – ESTIMATIVA DE PREÇO

25.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 246.060,00 (Duzentos e quarenta e seis mil e sessenta reais)**, conforme especificações do Termo de Referência

25.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

25.2.1 – O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresse requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.

25.2.2 – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

25.2.3 – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

25.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

26 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

26.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

27 – VISITA TÉCNICA

27.1 - As empresas licitantes deverão visitar os locais onde serão realizados os serviços, de acordo o estipulado na Parte A do presente Edital.

27.2 - As visitas destinam-se à vistoria, avaliação e ciência das empresas interessadas acerca das condições do local e peculiaridades atinentes à realização dos serviços que compõem o objeto da licitação, para fins de elaboração da proposta e demais efeitos decorrentes desse Edital.

27.3 - As visitas deverão ser feitas por profissional capacitado da empresa interessada, o qual deverá estar munido de documento de identificação, e previamente agendadas.

27.4 - No dia e hora agendados, um servidor da **Secretaria Municipal de Saúde** acompanhará a visita das empresas interessadas, emitindo a cada uma delas um "Atestado de Visita Técnica", que constitui requisito de habilitação.



28– DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

28.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

28.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

28.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

28.4 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

28.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

28.6 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

28.7 – Não será aceita a forma de subcontratação na execução do contrato.

28.8. Será verificado, ainda pela Comissão Permanente de Licitação, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a Administração Pública, mediante consulta ao:

28.8.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

28.8.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

28.8.3. Cadastro Inidoneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.

28.8 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.



29 – INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Minuta de Contrato
Anexo 7	-	Termo de Referência
Anexo 8	-	Ata de Registro de Preços
Anexo 9	-	Atestado de Visita Técnica
Anexo 10	-	Declaração de Concordância dos Termos do Edital

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro



ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA-GRUPO 1
AMPLA PARTICIPAÇÃO

Processo n.º 468/2017

Licitação n.º 005/CPL/2018

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ACONDICIONAMENTO E ENCAMINHAMENTO PARA DISPOSIÇÃO FINAL E/OU TRATAMENTO ESPECÍFICO ADEQUADO, DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, DE RESÍDUOS PERFUROCORANTES, RESÍDUOS COMUNS DE SAÚDE E RESÍDUOS QUÍMICOS (DORAVANTE DESIGNADOS SIMPLEMENTE LIXO DE SERVIÇOS DE SAÚDE) GERADOS NAS UNIDADES BÁSICAS, CENTROS ESPECIALIZADOS E UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DORAVANTE DESIGNADA SIMPLEMENTE SEMUS.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DDE COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE GRUPO A - INFECTANTE (A1, A2 E A4), GRUPO B - RESÍDUOS QUÍMICOS (MEDICAMENTOS VENCIDOS, REVELADOR, FIXADOR, ETC.) E GRUPO E - PERFUROCORANTES, GERADOS NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI.	UNIDADE (COLETA)	144		
Valor Total					

PRAZO DE ENTREGA: EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, APARTIR AUTORIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA-GRUPO 2
EXCLUSIVO PARA ME / EPP / MEI

Processo n.º 468/2017

Licitação n.º 005/CPL/2018

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ACONDICIONAMENTO E ENCAMINHAMENTO PARA DISPOSIÇÃO FINAL E/OU TRATAMENTO ESPECÍFICO ADEQUADO, DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, DE RESÍDUOS PERFUROCORTANTES, RESÍDUOS COMUNS DE SAÚDE E RESÍDUOS QUÍMICOS (DORAVANTE DESIGNADOS SIMPLEMENTE LIXO DE SERVIÇOS DE SAÚDE) GERADOS NAS UNIDADES BÁSICAS, CENTROS ESPECIALIZADOS E UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DORAVANTE DESIGNADA SIMPLEMENTE SEMUS.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

E-MAIL:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE GRUPO A - INFECTANTE (A1, A2 E A4) E GRUPO E - PERFUROCORTANTES, GERADOS NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI.	KG	15.600		
3	TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE GRUPO B - RESÍDUOS QUÍMICOS (MEDICAMENTOS VENCIDOS, REVELADOR, FIXADOR, ETC.), GERADOS NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI.	KG	600		
Valor Total					

PRAZO DE ENTREGA: EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, APARTIR AUTORIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

GRUPO 1 – AMPLA PARTICIPAÇÃO

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE GRUPO A - INFECTANTE (A1, A2 E A4), GRUPO B - RESÍDUOS QUÍMICOS (MEDICAMENTOS VENCIDOS, REVELADOR, FIXADOR, ETC.) E GRUPO E - PERFUROCORTANTES, GERADOS NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI.	UNIDADE (COLETA)	144	R\$ 1.190,00	R\$ 171.360,00
Valor Total R\$ 171.360,00 (Cento e setenta e um mil e trezentos e sessenta reais).					

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



GRUPO 2 – EXCLUSIVO PARA ME / EPP / MEI

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE GRUPO A - INFECTANTE (A1, A2 E A4) E GRUPO E - PERFUROCORTANTES, GERADOS NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI.	KG	15.600	R\$ 4,50	R\$ 70.200,00
3	TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE GRUPO B - RESÍDUOS QUÍMICOS (MEDICAMENTOS VENCIDOS, REVELADOR, FIXADOR, ETC.), GERADOS NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI.	KG	600	R\$ 7,50	R\$ 4.500,00
Valor Total R\$ 74.700,00 (Setenta e quatro mil e setecentos reais).					

VALOR TOTAL GERAL (Grupo 1 + Grupo 2) – R\$ 246.060,00 (Duzentos e quarenta e seis mil e sessenta reais).

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ANEXO 1.2
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

IA - REMUNERAÇÃO						
Descrição		QT	HORAS UNIT.	SALÁRIO UNIT.(R\$)	HORAS TOTAL	SALÁRIO TOTAL (R\$)
ENGENHEIRO						
AJUDANTE						
MOTORISTA						
TOTAL						R\$
ITEM	DESCRIÇÃO			VALOR (R\$)		
1	SALÁRIOS					
2	ADICIONAL NOTURNO					
3	PLANTÃO/HORAS EXTRAS					
4	ADICIONAL PERICULOSIDADE					
5	ADICIONAL INSALUBRIDADE					
TOTAL DE REMUNERAÇÃO						
IB - ENGARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS						
ITEM	DESCRIÇÃO			QT	VALOR (R\$)	
GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS						
6	PREVIDÊNCIA SOCIAL					
7	F.G.T.S. E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
8	SALÁRIO EDUCAÇÃO					
9	SESI/SENAC					
10	SENAI/SENAC					
11	INCRA					
12	SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO (BAIXO,MÉDIO OU ALTO)					
13	SEBRAE					
SOMA DO GRUPO A						
GRUPO B - TEMPO NÃO TRABALHANDO IIA+IIB (FÉRIAS+AUS.)						
14	FÉRIAS					
15	AUXÍLIO DOENÇA					
16	LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE					
17	FALTAS LEGAIS					
18	ACIDENTE DE TRABALHO					
19	AVISO PRÉVIO TRABALHADO					
SOMA DO GRUPO B						
GRUPO C – GRATIFICAÇÕES						
20						
21						
SOMA DO GRUPO C						
GRUPO D – INDENIZAÇÕES						
22	DEM. S/ JUSTA CAUSA (IND. COMPENSATÓRIA)+CONTRIB.SOCIAL					



23	AV. PRÉVIO IND.+(13°+FÉRIAS+ADIC.1/3IND.)		
24	INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
25	FGTS S/ AVISO PRÉVIO INDENIZ.+13° INDENIZ.		
SOMA DO GRUPO D			
GRUPO E - INCIDÊNCIA CUMULATIVA			
26	INCID.CUM.GRUPO A X GRUPO B		
27	INCID.CUM.GRUPO A X GRUPO C		
28	INCID.CUM.GRUPO C X GRUPO B		
29	INCID.CUM.GRUPO A X (GRUPO C X GRUPO B)		
SOMA DO GRUPO E			
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS			
IC - INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA			
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	
30	TRANSPORTE		
31	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (VALES, CESTAS BÁSICA ETC.)		
32	UNIFORMES/EPI/EPC		
33	ASSISTÊNCIA MÉDICA		
34	TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO/RECICLAGEM		
TOTAL DE INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA			

TOTAL DE MÃO-DE-OBRA	
----------------------	--

III - CUSTOS COMPLEMENTARES		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
35	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO, PEÇAS E/OU SERVIÇOS VARIÁVEIS	
36	MATERIAL DE CONSUMO	
37	MATERIAL ADMINISTRATIVO	
38	FERRAMENTAS	
39	EQUIPAMENTOS DE CALIBRAÇÃO	
TOTAL DE CUSTOS COMPLEMENTARES		

IV - CUSTO DOS SERVIÇOS	
-------------------------	--

V – ADMINISTRAÇÃO (ENCARGOS ADMINISTRATIVOS E GERENCIAIS)		
40	SUBTOTAL ATÉ IV	
41	DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	
42	LUCRO	
43	TOTAL V	

VI - CUSTO DOS SERVIÇOS + ADMINISTRAÇÃO	
---	--

VII – TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS (PIS, COFINS, ISS, IR E CONT. SOCIAL)		
44	SUBTOTAL ATÉ VI	
45	PIS	



46	COFINS		
47	ISS		
48	IR		
49	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
	TOTAL VII		

VIII - TOTAL GERAL			
TOTAL GERAL			



ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 005/CPL/2015.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº 005/CPL/2018 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/CPL/2018

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/CPL/2018

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA – REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ACONDICIONAMENTO E ENCAMINHAMENTO PARA DISPOSIÇÃO FINAL E/OU TRATAMENTO ESPECÍFICO ADEQUADO, DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, DE RESÍDUOS PERFUROCORTANTES, RESÍDUOS COMUNS DE SAÚDE E RESÍDUOS QUÍMICOS (DORAVANTE DESIGNADOS SIMPLEMENTE LIXO DE SERVIÇOS DE SAÚDE) GERADOS NAS UNIDADES BÁSICAS, CENTROS ESPECIALIZADOS E UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DORAVANTE DESIGNADA SIMPLEMENTE SEMUS.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29138294/0001-02, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, neste representado pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de _____ carteira de identidade nº _____ e CPF/MF nº _____, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a _____, situada

inscrita no CNPJ nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, portador da identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF: _____, residente na _____,

_____, celebram o presente CONTRATO Nº _____, conforme processo administrativo nº _____, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 4.054 de 03 de fevereiro 2015, Decreto Municipal nº 4.250, de 02 de dezembro 2015, Decreto Municipal nº 4.482/2017, Decreto Municipal nº 4.481/2017 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 e suas alterações, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

ÍNDICE

CLAUSULA	TITULO
1º	DO OBJETO
2º	DO PRAZO
3º	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4º	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5º	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6º	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7º	DA EXECUÇÃO
8º	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9º	DA RESPONSABILIDADE
10º	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11º	DA GARANTIA
12º	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13º	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO



14º	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15º	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16º	DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO
17º	DA RESCISÃO
18º	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19º	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20º	DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
21º	DO FORO DE ELEIÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA– DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ACONDICIONAMENTO E ENCAMINHAMENTO PARA DISPOSIÇÃO FINAL E/OU TRATAMENTO ESPECÍFICO ADEQUADO, DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, DE RESÍDUOS PERFUROCORTANTES, RESÍDUOS COMUNS DE SAÚDE E RESÍDUOS QUÍMICOS (DORAVANTE DESIGNADOS SIMPLEMENTE LIXO DE SERVIÇOS DE SAÚDE) GERADOS NAS UNIDADES BÁSICAS, CENTROS ESPECIALIZADOS E UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DORAVANTE DESIGNADA SIMPLEMENTE SEMUS,** conforme especificado no seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

Parágrafo primeiro. Os serviços contratados serão executados na forma especificada no Termo de Referência.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA**, de acordo com o contido no Processo Administrativo nº 0055/2017, obriga-se a prestação dos serviços descritos no quadro acima, nas condições estipuladas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Parágrafo primeiro. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ____/____/20____ e encerramento em ____/____/20____, podendo ser prorrogado por interesses das partes, desde que haja autorização formal da Autoridade Competente e observados os seguintes requisitos:

- Os serviços tenham sido prestado regularmente;
- Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- A CONTRATADA não tem o direito subjetivo à prorrogação contratual.
- A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.



Parágrafo segundo. O prazo de vigência poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato, notificando a **CONTRATADA**, formal e tempestivamente, todas as irregularidades observadas;
- c) ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregados da **CONTRATADA** que estiverem sem uniforme ou chachá, que embarçar sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, na forma definida no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- e) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato, proporcionando todos os meios necessários ao desempenho dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) observar, na execução do contrato, as normas e especificações técnicas a que estiver vinculado, bem como as estabelecidas neste contrato, no Edital e no Termo de Referência;
- b) arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) necessários ao exato cumprimento das obrigações contratuais;
- c) providenciar junto aos órgãos competentes, sem ônus ao **MUNICÍPIO**, todos os registros, licenças e autorizações necessárias ao exato cumprimento das obrigações contratuais;
- d) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços;
- e) manter seu pessoal devidamente uniformizado e identificando-os através de crachás, com fotografia recente, durante a execução dos serviços, responsabilizando-se por todos os cuidados relativos à segurança de seus funcionários e eventuais sub-contratados, que deverão utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual “EPI” necessários e observar as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como as orientações do **MUNICÍPIO**, respondendo por eventuais descumprimentos;
- f) identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não confundir com os similares de propriedade deste **MUNICÍPIO**;
- g) nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos permanecendo no local de sua prestação, em tempo integral, fiscalizando, ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados deverão reportar-se, quando houver necessidade, à fiscalização deste **MUNICÍPIO** e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas;



- h) substituir, as suas custas e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desreparem as condições a eles inerentes;
- i) as eventuais alterações do quadro de funcionários, seja para a substituição eventual ou definitiva, deverão ser previamente comunicadas ao **MUNICÍPIO**;
- j) permitir ao contratante, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso aos serviços, bem como atendendo, prontamente, às determinações que lhes forem feitas, com propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- k) manter, em lugar acessível a qualquer momento, um "Livro de Ocorrências" para registro de ocorrências e irregularidades constatadas no decorrer da execução contratual;
- l) responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e /ou comissões que forem devidas;
- m) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **MUNICÍPIO** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;
- n) executar o objeto contratado com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a serviço dessa natureza;
- o) acatar as determinações da fiscalização do **MUNICÍPIO**, no sentido de substituir de imediato os serviços com vícios, defeitos ou imperfeições;
- p) disponibilizar o pessoal necessário à execução do contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar todas as prescrições relativas às Leis Trabalhistas, previdenciária, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- q) arcar com o ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da execução dos serviços contratados, reponsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do **MUNICÍPIO**;
- r) responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados por seus empregados, prepostos ao contrato e a terceiros;
- s) empregar quando da execução dos serviços, até o final, profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável;
- t) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- u) efetuar os serviços contratados obedecendo-se, fiel e integralmente, todas as condições nele estabelecidas, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do contrato;
- v) comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados contra o **MUNICÍPIO**, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo-o no processo até o julgamento final, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- w) reparar quaisquer danos de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos e/ou mão-de-obra ou decorrentes de ação ou omissão, inclusive negligência, imperícia, imprudência ou desídia, casual ou proposital, que tenham sido causados a quaisquer equipamentos do **MUNICÍPIO** e/ou a terceiros, bem como por erros ou falhas na execução ou administração dos serviços;
- x) correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:



- i. má qualidade dos serviços prestados;
 - ii. violação do direito de propriedade industrial;
 - iii. furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
 - iv. ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
 - v. acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.
- y) O **MUNICÍPIO** poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda, de observância ou desobediência às suas determinações, cabendo a **CONTRATADA**, quando as razões da paralisação lhes forem imputáveis, todos os ônus encargos decorrentes;
- z) quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pela Comissão de Fiscalização, obrigarão a **CONTRATADA**, à conta e risco, repor as parcelas de serviços impugnados, sem prejuízo de Ação Regressiva contra quem tiver dado causa;
- aa) obriga-se, ainda, a **CONTRATADA** a:
- i. obedecer, estrita e rigorosamente, aos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e no Edital, cabendo ao **MUNICÍPIO**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou aplicar penalidades cabíveis, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito a indenização;
 - ii. submeter à prévia aprovação do titular do órgão contratante qualquer alteração das especificações originalmente pactuadas;
 - iii. apresentar ao **MUNICÍPIO**, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;
 - iv. comunicar ao fiscal dos serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar as interrupções dos serviços.
- bb) prestar serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, observando todas as especificações técnicas exigidas no projeto básico/termo de referência;
- cc) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços;
- dd) entregar o material devidamente embalado, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte, carga e descarga, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento pelo **MUNICÍPIO**;
- ee) cumprir com todas as obrigações fixadas no Termo de Referência e demais instrumentos integrantes do Edital.
- ff) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93;
- gg) garantir por 12 (doze) meses, o material e/ou serviço prestado, a contar do recebimento definitivo deste.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL



Dá-se a este contrato o valor total estimado de R\$ ____ (____) sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. Consideram-se incluídos no preço o previsto no *caput* desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 266 – FNS CUSTEIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00

DOTAÇÃO: 369

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0015.2105

EMPENHO: _____

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo primeiro. A execução do objeto contratual observará o descrito no Termo de Referência, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete:

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução do serviço julgado inadequado;
- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.



f) Analisar a prestação de contas parcial e final do contrato.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. Os membros da comissão de fiscalização, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O objeto do contrato será recebido após a devida conclusão, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.



Parágrafo nono. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

Os serviços que compõem o objeto do presente contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** fará o pagamento das parcelas referentes à prestação dos serviços por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafoprimeiro. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente aos serviços efetivamente prestados.

Parágrafo segundo. Em caso de desconformidade na execução do serviço, o **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento ou pagará apenas o valor correspondente aos serviços satisfatoriamente executados no período, efetivamente apurados.

Parágrafo terceiro. Não serão considerados prestados quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações contidas neste contrato, no edital e no projeto básico, sujeitando a **CONTRATADA** à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

Parágrafo quarto. Não serão considerados quaisquer serviços executados que não estejam discriminados no Termo de Referência.

Parágrafo quinto. O prazo para pagamento é até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, nos termos do art. 40, XIV, a da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.

Parágrafo sexto. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva representação.



Parágrafo sétimo. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo oitavo. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo nono. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso;

Parágrafo décimo. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATANTE**, até 05 (cinco) dias após a data de assinatura do contrato, caso venha a ser solicitado pela Administração, deverá fornecer a garantia da execução contratual de 2% (dois por cento) do valor da contratação, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro – garantia;
- c) fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do termo do Contrato objeto do presente instrumento licitatório, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo quinto. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o **MUNICÍPIO** recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação.



Parágrafo sexto. O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA ocorrerá apenas após o recebimento definitivo dos serviços

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do serviço, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a



Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo primeiro –A aplicação de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do órgão gerenciador, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

Parágrafo segundo –A imposição das demais penalidades é de competência exclusiva do PREFEITO, a teor do disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

Parágrafo quarto –As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo Quarto.

Parágrafo quinto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

Parágrafo sexto –A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo sétimo –O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único - Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA



O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e devidamente especificado no Termo de Referência, sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo primeiro. O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **MUNICÍPIO**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições ou ainda por interesse público superveniente, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo -A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O município encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresso requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

Parágrafo primeiro -O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresso requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.



Parágrafo segundo – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

Parágrafo terceiro – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

Parágrafo quarto – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo quinto - A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, de de 2018.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA

Testemunhas

1 _____

2 _____



ANEXO 7
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 002/2017/SEMUS

1 – OBJETO:

- 1.1 - Registro de preços para prestação de serviços de **coleta, transporte, acondicionamento e encaminhamento para disposição final e/ou tratamento específico adequado, dentro das normas técnicas pertinentes, de resíduos perfurocortantes, resíduos comuns de saúde e resíduos químicos** (doravante designados simplesmente Lixo de Serviços de Saúde) **gerados nas Unidades Básicas, Centros Especializados e Unidade de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde**, doravante designada simplesmente **SEMUS**.

2- JUSTIFICATIVA:

- 2.1 - O estudo técnico que perfaz o ANEXO C, apresenta a justificativa para a prestação de serviços de coleta, transporte, acondicionamento e encaminhamento para a disposição final e/ou tratamento específico, adequado, dentro das normas técnicas pertinentes, de resíduos perfurocortantes, resíduos comuns de saúde e resíduos químicos gerados nas Unidades Básicas, Centros Especializados e Unidade de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, na obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene em dependências médico-hospitalares, com a disponibilização de mão-de-obra qualificada, produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos.

3 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MÍNIMO/ano	MÁXIMO/ano
1	Prestação de Serviço de coleta e transporte dos resíduos de serviço de saúde Grupo A – Infectante (A1, A2, A3 e A4), Grupo B – Resíduos Químicos (medicamentos vencidos, revelador, fixador, etc.) e Grupo E – Perfurocortantes, gerados no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Paracambi.	Unidade (coleta)	12	144
2	Tratamento e destinação final de resíduos de saúde Grupo A – Infectante (A1, A2, A3 e A4) e Grupo E – Perfurocortantes, gerados no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Paracambi.	Kg	1.300	15.600
3	Tratamento e destinação final de resíduos de saúde Grupo B – Resíduos Químicos (medicamentos vencidos, revelador, fixador, etc.), gerados no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Paracambi.	Kg	50	600

- 3.1 – As quantidades foram **estimadas** considerando as informações enviadas pelos administradores das unidades de saúde, cujo teor encontram-se arquivados para posterior apreciação caso haja necessidade.



4 - DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 - O prazo de prestação dos serviços será de 12 (doze) meses e começará a fluir a partir 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento, pela contratada, do Termo de Autorização de Início dos Serviços, a ser emitido pela **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS**.

4.2 - O prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º e/ou no inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

5 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - A execução dos serviços dar-se-á na forma estabelecida nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – ANEXO A** deste termo.

5.2 - O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art. 65, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

6 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1 - DA CONTRATADA

6.1.1 - Assinar a ata de registro de preços e o contrato, mantendo, durante toda a vigência dos mesmos, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

6.1.2 - Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, **bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos**.

6.1.3 - Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização da **SEMUS** ao serviço em questão.

6.1.4 - Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da **SEMUS**.

6.1.5 - Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

6.1.6 - As obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA** serão suspensas se a prestação dos serviços for obstada por motivo de greve, sabotagem, rebelião e/ou enchente, comprovadamente, imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, devendo nesses casos o evento motivador da paralisação dos serviços ser comunicado, formalmente, à **SEMUS**, em 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência.

6.2 – DA CONTRATANTE:

6.2.1 - Solicitar, na data da abertura dos envelopes da presente licitação e se julgar necessária, a presença de servidor da **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS**.

6.2.2 - Efetuar o registro do licitante prestador dos serviços e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.

6.2.3 - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

6.2.4 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

6.2.5 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.6 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.



7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - Implementação do Sistema Hospitalar Municipal e as Unidades de Referência das Especialidades

7.1.1 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Código Reduzido 1204

8 – ANEXO:

8.1 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – ANEXO A

8.2 – ENDEREÇOS PARA COLETA DOS RESÍDUOS DE SAÚDE NAS UNIDADES – ANEXO B

8.3 – ESTUDO TÉCNICO DE MENSURAÇÃO DE QUANTIDADES – ANEXO C

Paracambi, _____ de fevereiro de 2017.

Dayana Franco Henrique

Diretora de Compras



ANEXO A

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1 - Os serviços objeto deste **DOCUMENTO** compreendem a **Coleta, transporte, acondicionamento e encaminhamento para disposição final e/ou tratamento específico adequado, dentro das normas técnicas pertinentes, de resíduos perfurocortantes, resíduos comuns de saúde e resíduos químicos** (doravante designados simplesmente Lixo de Serviços de Saúde) **gerados nas Unidades Básicas, Centros Especializados e Unidades de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde**, doravante designada simplesmente **SEMUS**.
- 1.2 - A retirada será realizada da seguinte maneira:
- 1.2.1 - **Lixo de Serviços de Saúde:** a ser recolhido, mediante acompanhamento da fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, sem exposição de resíduos aos servidores e pacientes da Rede de Saúde Pública, e transportado em veículo específico para tal fim, nos períodos relacionados no ANEXO B, salvo as exceções previamente acordadas pelas partes, por meio de seus representantes;
- 1.2.2 - A contratada deverá apresentar, na execução dos serviços objetos deste documento, o quantitativo de veículos e funcionários necessários para que os serviços sejam executados de maneira eficiente e eficaz;
- 1.2.3 - Qualquer mudança no endereço de coleta será comunicada por escrito à contratada que, após análise, apresentará proposta de alterações contratuais que sejam eventualmente necessárias, para aprovação desta secretaria e posterior implementação em no máximo 5 (cinco) dias úteis;
- 1.2.4 - Em caso de feriados prolongados ou suspensão temporária das atividades de alguma Unidade de Saúde, poderá a SEMUS solicitar a suspensão temporária dos serviços objeto deste documento, com o consequente abatimento proporcional (*pro rata temporis*) na respectiva fatura mensal, desde que comunicado à contratada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias;
- 1.2.5 - Caso ocorra a necessidade, temporária e/ou emergencial, de elevar o número estabelecido de coletas, deverá a SEMUS fazer a solicitação à contratada, formalmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, que providenciará a execução conforme sua disponibilidade;
- 1.2.6 - Ocorrendo necessidade de recolhimento de resíduos excedentes ao especificado por coleta, o excesso será devidamente quantificado e registrado, sendo cobrado na fatura mensal de acordo com os valores pactuados;
- 1.2.7 - A SEMUS responsabiliza-se pela quantidade estimada estabelecida neste documento, e eventuais alterações definitivas serão formalizadas por Termo Aditivo, na forma da lei;
- 1.2.8 - A SEMUS se compromete a manter livres e de fácil acesso a entrada nos locais especificados para coleta, para que o serviço possa ser realizado no menor espaço de tempo possível;
- 1.2.9 - A contratada deverá manter, com relação ao transporte dos resíduos, dentre outras normas e legislações pertinentes, estrita observância à Resolução nº 420 (ANTT) e à Norma NBR 13.221:2010 (ABNT).

2 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 2.1 - A documentação da habilitação da empresa, especificada no Termo Editalício, deverá ser apresentada junto com os seguintes documentos:
- 2.1.1 - Licença ambiental, conforme o Decreto nº 42.159, de 02/12/09;



- 2.1.2 - Licença emitida pelo órgão competente do(s) Aterro(s) Sanitário(s) para onde os resíduos serão destinados;
- 2.2 - Os serviços serão realizados sob a estrita observância de todas as determinações legais vigentes, citadas ou não neste documento, sejam elas Federais, Estaduais ou Municipais; particularmente em relação aos órgãos fiscalizadores e regulamentadores (INEA, ANVISA, CONAMA, ANTT, ABNT e outros), e o destino final do lixo deverá ser de responsabilidade total e exclusiva da contratada, que deverá ter Licença de Operação, devendo, ainda, utilizar a metodologia do Sistema de Manifesto de Resíduos, conforme DZ-1310.R-7 FEEMA (INEA), prestando a SEMUS, tempestivamente, todas as informações necessárias ao seu preenchimento, e devolvendo posteriormente a 4ª via do manifesto, com as informações do transportador e do receptor, aos fiscais do contrato, no prazo máximo de 48 horas.
- 2.3** - O lixo de serviços de saúde será disposto em coletor de lixo (container de lixo) de 360 litros (Lixo de Serviços de Saúde), embalagens coletoras de material perfurocortantes de 3 ou 7 litros (Resíduos Perfurocortantes), e sacos específicos (Resíduos Químicos), conforme o caso, e sua coleta e transporte deverá obedecer às determinações e especificações contidas nas NBR 12809:1993, 12810:1993, 13221:2010 e 14652:2001 (ABNT), assim como nas Resoluções nº 358 (CONAMA) e RDC nº 306 (ANVISA).
- 2.3.1 - Os sacos utilizados deverão guardar estrita conformidade com as determinações contidas na norma NBR 09191:2008 (ABNT).
- 2.4 - Legislação específica relacionada com os serviços objeto deste documento:
- 2.4.1 - Lei Estadual nº 3.007, de 09/07/98 (dispõe sobre o transporte, armazenamento e queima de resíduos tóxicos no estado do Rio de Janeiro);
- 2.4.2 - Lei Estadual nº 4.191, de 30/09/03 (dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e dá outras providências) (regulamentada pelos Decretos nº 41.084 e 41.122);
- 2.4.3 - Lei Federal nº 6.938, de 31/08/81 (dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências), regulamentada pelo Decreto Federal nº 97.632 de 10 de abril de 1989 e alterada pela Lei Federal 7.804 de 18 de julho de 1989;
- 2.4.4 - Lei Federal nº 9.605, de 12/02/98 (dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências);
- 2.4.5 - Lei Federal nº 12.305, de 02/08/10 (institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências);
- 2.4.6 - DZ-1310.R-7 FEEMA (INEA) (sistema de manifesto de resíduos);
- 2.4.7 - DZ-1314.R-0 FEEMA (INEA) (diretriz para licenciamento de processos de destruição térmica de resíduos);
- 2.4.8 - IT-1302.R-1 FEEMA (INEA) (instrução técnica para requerimento de licenças para aterros sanitários);
- 2.4.9 - IT-1315.R-0 FEEMA (INEA) (instrução técnica para requerimento de licenças para unidades de destruição térmica de resíduos);
- 2.4.10 - IT-1318.R-0 FEEMA (INEA) (instrução técnica para requerimento de licenças para aterros sanitários);
- 2.4.11 - Resolução RDC nº 306 (ANVISA), de 07/12/04 (dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de serviços de saúde);
- 2.4.12 - Resolução nº 006 (CONAMA), de 19/09/91 (dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos);
- 2.4.13 - Resolução nº 316 (CONAMA), de 29/10/02 (dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos);



- 2.4.14 - Resolução nº 358 (CONAMA), de 29/04/05 (dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências);
- 2.4.15 - Resolução nº 404 (CONAMA), de 11/11/08 (estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos);
- 2.4.16 - Resolução nº 420 (ANTT), de 12/02/04 (aprova as instruções complementares ao regulamento do transporte terrestre de produtos perigosos);
- 2.4.17 - Norma NBR 7.500:2009 (ABNT) (identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos);
- 2.4.18 - Norma NBR 9.191:2008 (ABNT) (sacos plásticos para acondicionamento de lixo Requisitos e métodos de ensaio);
- 2.4.19 - Norma NBR 10.004:2004 (ABNT) (classifica resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ter manuseio e destinação adequados);
- 2.4.20 - Norma NBR 10.005:2004 (ABNT) (prescreve procedimentos para lixiviação de resíduos tendo em vista sua classificação);
- 2.4.21 - Norma NBR 10.006:2004 (ABNT) (fixa condições exigíveis para diferenciar os resíduos das classes II e III);
- 2.4.22 - Norma NBR 10.007:2004 (ABNT) (fixa as condições exigíveis para amostragem, preservação e estocagem de amostras de resíduos sólidos);
- 2.4.23 - Norma NBR 10.157:1987 (ABNT) (aterro de resíduos perigosos - critérios para projeto, construção e operação);
- 2.4.24 - Norma NBR 11.174:1990 (ABNT) (fixa as condições exigíveis para obtenção das condições mínimas necessárias ao armazenamento de resíduos classe II - não inertes e III inertes, de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente);
- 2.4.25 - Norma NBR 11.175:1990 (ABNT) (incineração de resíduos sólidos perigosos Padrões de desempenho);
- 2.4.26 - Norma NBR 12.235:1992 (ABNT) (fixa as condições exigíveis para o armazenamento de resíduos sólidos perigosos de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente);
- 2.4.27 - Norma NBR 12.808:1993 (ABNT) (resíduos de serviços de saúde - classificação);
- 2.4.28 - Norma NBR 12.809:1993 (ABNT) (manuseio de resíduos de serviços de saúde procedimento);
- 2.4.29 - Norma NBR 12.810:1993 (ABNT) (coleta de resíduos de serviços de saúde procedimento);
- 2.4.30 - Norma NBR 13.221:2010 (ABNT) (fixa as diretrizes para o transporte terrestre de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e proteger a saúde pública);
- 2.4.31 - Norma NBR 13.332:2002 (ABNT) (coletor compactador de resíduos sólidos e seus principais componentes);
- 2.4.32 - Norma NBR 13.463:1995 (ABNT) (classificação de resíduos);
- 2.4.33 - Norma NBR 13.853:1997 (ABNT) (coletores para resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes - requisitos e métodos de ensaio);
- 2.4.34 - Norma NBR 14.652:2001 (ABNT) (coletor-transportador rodoviário de serviços de saúde - requisitos de construção e inspeção - resíduos do grupo A).
- 2.4.35 - Decreto Estadual nº 42.159 (dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental SLAM e dá outras providências)



3 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A contratada terá as seguintes **obrigações e responsabilidades**:

3.1 - A contratada deverá indicar, formalmente, representante devidamente habilitado a quem caberá gerir e controlar a execução dos serviços, bem como zelar pelo seu bom andamento, pelo estrito respeito às normas legais e contratuais e ainda providenciar o atendimento a quaisquer determinações da SEMUS.

3.1.1 - A contratada deverá se submeter à fiscalização da SEMUS, que poderá recusar ou determinar que o serviço seja feito de outra maneira, sempre que considerar que não foram seguidos todos os ditames técnicos e legais concernentes à matéria;

3.1.2 - A contratada deverá cientificar, imediatamente, à fiscalização da SEMUS de qualquer ocorrência anormal, acidente ou incidente que aconteça durante a prestação dos serviços.

3.2 - A contratada deverá responsabilizar-se pela apresentação de funcionários rigorosamente selecionados e treinados para a realização dos serviços objeto deste documento.

3.2.1 - Os funcionários da contratada deverão apresentar-se uniformizados e identificados por crachá emitido pela contratada, bem como portar e utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) exigidos para suas atividades;

3.2.2 - A contratada deverá responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus funcionários durante a prestação dos serviços objeto deste documento, das normas disciplinares determinadas pela SEMUS;

3.2.3 - A SEMUS poderá solicitar a substituição de funcionários alocados nos serviços a ele prestados em função de conduta inadequada ou imperícia na realização dos serviços, devendo a substituição ser efetivada pela contratada sem prejuízo da normal execução dos serviços.

3.3 - A contratada é integralmente responsável pelos veículos, equipamentos e materiais utilizados na coleta e transporte do lixo, bem como pela sua disposição em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos competentes.

3.3.1 - A SEMUS poderá solicitar a substituição de veículos, materiais ou equipamentos considerados impróprios ou inadequados, cujo uso seja considerado prejudicial à saúde, contrário às normas legais (inclusive ambientais) ou contraindicado à boa conservação dos pertences, equipamentos e instalações da SEMUS; ou ainda, que não esteja em perfeitas condições de uso ou não atenda às especificações exigidas neste documento.

3.4 - A contratada será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à SEMUS, seus servidores ou a terceiros, comprovadamente provenientes da ação ou omissão sua ou de seus prepostos, na execução dos serviços objeto deste documento ou dela decorrentes, independentemente de dolo ou culpa, respondendo civil e penalmente por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização ou acompanhamento da SEMUS;

3.5 - A contratada é responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, e todas as obrigações provenientes da legislação ambiental, social, trabalhista, previdenciária e securitária, incluindo o pagamento tempestivo de impostos, taxas, contribuições de melhoria ou parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças emitidas pelo poder público;

3.6 - A contratada deverá contratar, por sua conta, todos os seguros exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços objeto deste documento; assim como dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução dos serviços;

3.7 - A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.



4 – PRAZOS

4.1 - **Duração do Instrumento Contratual:** Os serviços objeto deste documento terão duração de 12 (doze) meses consecutivos, podendo tal prazo ser prorrogado, na forma da Lei.

4.1.1 - O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

4.2 - Recebimento: Após o adimplemento das obrigações contratuais, na forma estipulada nos itens 1 a 3, os serviços serão recebidos:

4.2.1 - Provisoriamente: **Na data da entrega da fatura mensal referente aos serviços prestados;**

4.2.2 - **Definitivamente:** O prazo para aceitação definitiva dos serviços será de 10 (dez) dias, após a data da entrega da respectiva fatura, executada a devida conferência e verificação do teor do respectivo documento fiscal, com a necessária atestação da fatura pelo Fiscal do Contrato.

5 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O Fiscal da contratação em tela será designado através de Portaria expedida pelo Secretário Municipal de Saúde e publicada no jornal de Atos Oficiais do Município.

5.2.1 - São atividades inerentes à fiscalização do contrato:

5.2.1.1 - responder a eventuais esclarecimentos técnicos dos licitantes;

5.2.1.2 - após a conclusão da contratação, providenciar cópias e/ou anotações de todas as informações relevantes a respeito do Contrato, bem como de toda a documentação e legislação pertinentes;

5.2.1.3 - certificar-se de obter informações completas de contato sobre o preposto da empresa e seu substituto;

5.2.1.4 - separar e acondicionar os resíduos para coleta, conforme o tipo, de acordo com o estipulado neste Documento (especialmente no item 2.3) e na legislação de referência;

5.2.1.5 - acompanhar a coleta descrita no item 1.2.1 deste Documento;

5.2.1.6 - responsabilizar-se pelo cumprimento dos itens 1.2.3, 1.2.4, 1.2.5, 1.2.8 e 1.2.9 deste documento;

5.2.1.7 - verificar o devido cumprimento, pela contratada, dos itens 1.2.2, 1.2.6, 3.2 e 3.3 deste documento;

5.2.1.8 - manter livro ou registro onde anotarás todas as ocorrências relevantes referentes ao contrato, incluindo eventuais irregularidades;

5.2.1.9 - apresentar, quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;

5.2.1.10 - notificar ao Gestor sobre quaisquer falhas ou atrasos na execução contratual, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto da contratada);

5.2.1.11 - atestar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela contratada (verificando seu correto preenchimento), após o adimplemento da obrigação no período em referência;

5.2.1.12 - manifestar-se quando do aviso de término do respectivo contrato, a ser emitido pelo Gestor, e encaminhar o respectivo aviso caso não esteja tramitando até 90 (noventa) dias antes do término da vigência do devido instrumento contratual.



5.3 - A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

5.4 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a SEMUS ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da SEMUS ou de seus prepostos, devendo, ainda, a contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a SEMUS dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

6 - ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Em atenção ao disposto no artigo 7º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, apresenta-se a seguir o orçamento estimado para este procedimento, conforme detalhado a seguir:

6.1.1 - Serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviço de saúde Grupo A – Infectante, Grupo B – Resíduos Químicos e Grupo E – Perfurocortantes: quantidade mensal estimada, conforme descrito a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MÍNIMO/ano	MÁXIMO/ano
1	Prestação de Serviço de coleta e transporte dos resíduos de serviço de saúde Grupo A – Infectante (A1, A2, A3 e A4), Grupo B – Resíduos Químicos (medicamentos vencidos, revelador, fixador, etc.) e Grupo E – Perfurocortantes, gerados no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Paracambi.	Unidade (coleta)	12	144
2	Tratamento e destinação final de resíduos de saúde Grupo A – Infectante (A1, A2, A3 e A4) e Grupo E – Perfurocortantes, gerados no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Paracambi.	Kg	1300	15600
3	Tratamento e destinação final de resíduos de saúde Grupo B – Resíduos Químicos (medicamentos vencidos, revelador, fixador, etc.), gerados no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Paracambi.	Kg	50	600

6.2 – A estimativa de preço será realizada pelo departamento de economicidade/CPL.

6.3 - As variáveis e quantidades constantes do item **6.1** constituem-se em mera **estimativa**, não estando a SEMUS obrigada a utilizá-los integralmente.

7 - FORMA DE PAGAMENTO

7.1 – A SEMUS efetuará o pagamento como se segue:

7.1.1 - **Lixo de Serviços de Saúde:** pela quantidade de coletas realizadas nas unidades de saúde do município bem como no tratamento e destinação final dos resíduos químicos. Deverão ser coletados, transportados e vazados em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos competentes, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a data de aceitação definitiva dos serviços constante da respectiva fatura.



ANEXO B

ENDEREÇOS PARA COLETA DOS RESÍDUOS DE SAÚDE NAS UNIDADES

1 – UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Periodicidade: **3x semana (12x mês)**

1. **Hospital Municipal Dr. Adalberto da Graça**- CNES - 2279355

Avenida Jonas Leal, 17 – Lages – CEP: 26600-000

2 – POLICLINICAS DE SAÚDE, CENTROS ESPECIALIZADOS, UNIDADES BÁSICAS E SAÚDE DA FAMÍLIA

Periodicidade: **semanal (4x mês)**

CNES	UNIDADE	ENDEREÇO
3924491	CAPS AD II RENASCER	RUA MARIA DA SILVA FRANCA , 34 - CENTRO - PARACAMBI
7152396	CAPSI ADRIANO DE OLIVEIRA PASSOS	RUA CAPITAO ACHILES, 162 - FABRICA - PARACAMBI
2279584	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS	RUA MAXIMIANO DE CARVALHO, 41 - LAGES - PARACAMBI
7571305	CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSSES DE PARACAMBI	RUA KARDEC DE SOUZA, S/N - RAIA - PARACAMBI
7720718	CENTRO DE PROMOCAO A SAUDE DA MULHER	AVENIDA DOS OPERARIOS, 186 - TERREO - CENTRO - PARACAMBI
2295636	CENTRO MUNICIPAL DE SAUDE COLETIVA BOM JARDIM	ESTRADA MAURICIO S GUIMARAES, 980 - BOM JARDIM - PARACAMBI
3560627	CENTRO MUNICIPAL DE SAUDE COLETIVA CHACRINHA	RUA JOSE LUIZ AMORIM, 141 - LAGES - PARACAMBI
2279495	CENTRO MUNICIPAL DE SAUDE COLETIVA DE LAGES	R DR ROMEIRO NETO, 116 - LAGES - PARACAMBI
2279398	CENTRO MUNICIPAL DE SAUDE COLETIVA DE PARACAMBI	R GETULIO VARGAS, 16 - CENTRO - PARACAMBI
3560678	CENTRO MUNICIPAL DE SAUDE COLETIVA 1 DE MAIO	RUA NATAL, 69 - BNH - PARACAMBI
7966768	FARMACIA BASICA CENTRAL	AVENIDA DOS OPERARIOS, 186 - TERREO - CENTRO - PARACAMBI
5285089	FARMACIA POPULAR DO BRASIL	RUA MIGUEL PEREIRA ROMEIRO, 36 - CENTRO - PARACAMBI
2279355	HOSPITAL MUNICIPAL DR ADALBERTO DA GRACA	AV JONAS LEAL, 17 - LAGES - PARACAMBI
2279460	LABORATORIO MUNICIPAL DE ANALISES CLINICAS	RUA GETULIO VARGAS, 56 - CENTRO - PARACAMBI
3142922	MSC AMAPA	RUA CIPRIANO RODRIGUES CABRAL, 355 - AMAPA - PARACAMBI
2279371	MSC CASCATA	R VICENTE CICARINO, 299 - CASCATA - PARACAMBI
2279452	MSC FAZENDA DO SABUGO	ESTRADA DA FLORESTA, 100 - SABUGO - PARACAMBI
2279320	MSC FLORESTA	RUA CAPITAO BRAGA, 100 - FLORESTA - PARACAMBI
2279444	MSC GUARAJUBA	R SAO PAULO, S/N - GUARAJUBA - PARACAMBI
2279347	MSC JARDIM NOVA ERA	RUA DOS ANTURIOS, 65 - JARDIM NOVA ERA - PARACAMBI
2295644	MSC LAGES I	RUA DOUTOR ROMEIRO NETO, 116 - LAGES - PARACAMBI
9037624	MSC SAUDOSO	ESTRADA DO SAUDOSO, S/N - SAUDOSO - PARACAMBI
2279428	POSTO DE SAUDE MUNICIPAL CABRAL	EST RJ 127, S/N - CABRAL - PARACAMBI
2279339	POSTO DE SAUDE MUNICIPAL MARIO	ESTACAO DE MARIO BELO, S/N - MARIO BELO -



	BELO	PARACAMBI
3560600	POSTO DE SAUDE MUNICIPAL PACHECO	RUA PREFEITO JOSE MARIA LIMA, 112 - PACHECO - PARACAMBI
9037616	POSTO DE SAUDE MUNICIPAL PONTE COBERTA	ESTRADA EDUARDO PEREIRA DIAS, S/N - PONTE COBERTA - PARACAMBI
2279363	POSTO DE SAUDE MUNICIPAL VITORIA DA UNIAO	EST DA FAZENDA DA VITORIA DA UNIAO, 100 - LAGES – PARACAMBI
9014810	UNIDADE DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM CIDADAO PARACAMBIENSE	RUA JULIO FERREIRA, 47 - LAGES



ANEXO C

ESTUDO TÉCNICO DE MENSURAÇÃO DE QUANTIDADES

Em média um paciente internado produz quase 7 kg de lixo hospitalar por dia (segundo estudos realizados pela Medicinanet). Levando em consideração o número de pacientes em um hospital regular e o número de dias que esses pacientes ficam internados, o volume de lixo cresce muito. Considerando o lixo não hospitalar gerado por profissionais de assistência à saúde (PASs), visitantes e outras pessoas no hospital, fica evidente que a questão do gerenciamento do lixo é importante para qualquer hospital.

O lixo hospitalar pode ser fonte de risco de infecção para pacientes, PASs, visitantes e pessoas responsáveis pela coleta, tratamento e descarte desse lixo.

Não existe uma definição universal para Lixo Hospitalar, e, muitas vezes, ele recebe vários nomes – lixo hospitalar regulado, lixo bio-hospitalar, lixo infectante e lixo da assistência à saúde, entre outros. Diferentes organizações e agências usam diversos critérios para identificar e definir os produtos do lixo gerado em suas instalações. Entretanto, todo lixo hospitalar tem uma característica em comum: surge a partir do cuidado, do tratamento ou dos serviços prestados ao paciente.

A Occupational Safety and Health Administration (OSHA) define o “lixo hospitalar regulado” de acordo com seu Padrão de Patógenos Transmitidos pelo Sangue como sangue líquido ou semilíquido ou outros materiais potencialmente infectantes, itens contaminados que liberariam sangue ou outros materiais potencialmente infectantes em um estado líquido ou semilíquido, se comprimidos; itens que são congelados com sangue seco ou outros materiais potencialmente infectantes e são capazes de liberar esses materiais durante o manuseio; perfurocortantes contaminados e lixos patológicos e microbiológicos contendo sangue ou outros materiais potencialmente infectantes.

A Environmental Protection Agency (EPA) usa as classificações a seguir para identificar o lixo hospitalar regulado:

- **Culturas e estoques.** Incluem culturas e estoques de agentes infecciosos em materiais biológicos, incluindo culturas dos laboratórios médicos e patológicos; culturas e estoques de agentes infectantes de laboratórios de pesquisa ou industriais; lixo da produção de produtos biológicos; vacinas vivas e atenuadas descartadas; e placas de cultura e dispositivos usados para transferir, inocular e misturar culturas.
- **Lixo patológico.** Engloba o lixo patológico humano, incluindo tecidos, órgãos, partes do corpo e fluidos que são removidos durante cirurgias, autópsias ou outros procedimentos médicos, bem como amostras dos fluidos corporais e de seus reservatórios.
- **Sangue humano e produtos.** Incluem lixo líquido, sangue humano, produtos do sangue (soro, plasma e outros componentes do sangue), itens saturados e/ou respingados com sangue humano e itens previamente saturados solidificados com o sangue humano seco. Essa categoria também inclui os recipientes usados ou indicados para uso no cuidado, no teste e na análise laboratorial do paciente ou no desenvolvimento de produtos farmacêuticos. As bolsas de transfusão de sangue ou de produtos do sangue também estão incluídas nesta categoria.
- **Perfurocortantes.** Os perfurocortantes são identificados como agulhas hipodérmicas, seringas (com ou sem a agulha fixa), pipetas Pasteur, lâminas de bisturi, frascos de sangue, agulhas com tubo fixo e placas de cultura (independentemente da presença de agentes infectantes). Os perfurocortantes classificados como lixo hospitalar incluem aqueles que foram usados no cuidado ou tratamento de pacientes humanos ou animais ou em laboratórios médicos, de pesquisa ou industriais. Estão incluídos também itens de vidraria quebrados ou não que entraram em contato com agentes infectantes, como lâminas e coberturas de vidro usadas.
- **Lixo de origem animal.** Inclui carcaças de animais, partes do corpo e forragem contaminadas que foram expostas a agentes infectantes durante a pesquisa (incluindo pesquisa em hospitais veterinários), produção de produtos biológicos ou teste de produtos farmacêuticos.
- **Lixo de isolamento.** Inclui lixo biológico e materiais descartados contaminados com sangue, excreções, exsudato ou secreções de pessoas que estão isoladas para proteger as outras de algumas doenças transmissíveis ou animais isolados infectados com doenças transmissíveis.



- **Perfurocortantes não usados.** Incluem agulhas hipodérmicas, agulhas de sutura, seringas e lâminas de bisturi que foram descartadas sem serem usadas.

Embora nem todos esses tipos de lixo hospitalar regulado sejam encontrados em todos os hospitais, eles são os mais envolvidos com atividades de assistência a pacientes.

O lixo hospitalar pode conter patógenos perigosos, que podem provocar infecções. Entretanto, a infecção acontece apenas quando as cinco condições a seguir ocorrem:

1. Um patógeno está presente. Pode ser encontrada uma ampla variedade de patógenos potencialmente perigosos no lixo. Os exemplos incluem hepatite A, hepatite B, vírus da imunodeficiência humana (HIV) e *Clostridium difficile*.
2. O patógeno tem virulência suficiente para provocar uma doença. A virulência é a energia necessária do micro-organismo para acionar uma doença. Nem todos os patógenos são igualmente capazes de provocar doença infecciosa.
3. O patógeno está presente em quantidade suficiente. Deve existir um número suficiente de micro-organismos presentes para provocar uma infecção. Esse número varia de acordo com diversos fatores, incluindo, entre outros, o tipo de organismo, a suscetibilidade do hospedeiro e a porta de entrada.
4. Os organismos têm uma porta de entrada ou via para entrar no corpo, como uma picada, um corte, uma incisão cirúrgica, uma ferida ou por inalação.
5. O hospedeiro é suscetível. Nem todos os pacientes são igualmente suscetíveis a infecções. Por exemplo, pacientes imunossuprimidos ou com comorbidades importantes, como doença arterial coronariana, podem ser mais suscetíveis a infecções.

Todas essas cinco condições devem estar presentes para que ocorra a transmissão da doença.

Para garantir que todo lixo – independentemente de ser infectante ou não – seja coletado, tratado e descartado de forma adequada, é essencial que os hospitais tenham serviços de coleta de lixo hospitalar bem definidos. Esses serviços devem incluir protocolos, sistemas e processos para descarte de lixo hospitalar desde sua geração, como no leito do paciente, até deixar a instalação para o descarte final. O gestor deve estar envolvido na criação desse plano e garantir que ele obedeça às exigências locais, estaduais e federais. As informações da avaliação de risco de controle de infecção do hospital devem ser usadas para desenvolver o plano de gerenciamento de lixo. De fato, os hospitais devem desenvolver listas dos lixos infectantes gerados em suas instalações e dos locais onde são gerados. Essas listas e os processos de descarte de lixo específicos devem estar incluídos nos planos de gerenciamento de lixo.

Ao examinar as exigências locais, estaduais e federais que se aplicam aos processos de descarte de lixo hospitalar, é importante observar que a maioria dos regulamentos relacionados ao lixo hospitalar infectante ou regulado é definida em nível estadual, em geral pelo departamento de saúde estadual. Essas exigências discutem os tópicos de tratamento, armazenamento, transporte, transferência entre locais e acondicionamento e rotulagem de lixo potencialmente infectante.

Antes de o lixo hospitalar ser removido do hospital, em primeiro lugar ele deverá ser coletado. A coleta desse lixo pode ser um processo de alto risco se não forem tomadas as precauções necessárias. As pessoas que coletam o lixo, incluindo a equipe de serviços ambientais, devem usar EPI para evitar exposição e acidentes com perfurocortantes.

Cada tipo de material deve ser coletado de modo que reduza os riscos para quem o manuseia, outros PASs, pacientes e visitantes. Um componente principal de um sistema de coleta de lixo é o estabelecimento de uma distância mínima de deslocamento entre o local de uso final e um recipiente de descarte protegido. Em outras palavras, um recipiente de descarte de lixo deve estar o mais próximo possível de locais onde o lixo é gerado. Por exemplo, os hospitais podem instalar recipientes para perfurocortantes ou outros lixos hospitalares regulados próximos aos leitos dos pacientes, de modo que a distância entre o uso e o descarte seja mínima.

Alguns tipos de lixo hospitalar, incluindo lixos sólidos ou semissólidos infectantes e volumosos ou descartáveis contendo líquidos residuais, devem ser colocados em sacolas plásticas com espessura adequada, dependendo do tipo de lixo a ser recolhido. As bolsas devem ser rigorosamente identificadas como risco biológico usando rótulos ou cor específica. As sacolas devem ser presas em lixeiras cobertas e com pedais e substituídas diariamente ou quando estiverem com três quartos de seu volume preenchido. As sacolas devem ser fechadas de modo seguro, com nós ou seladas com fechos de plástico, e rotuladas com o nome e o



departamento do hospital. Elas devem ser mantidas em pé e manuseadas apenas pela parte logo abaixo da abertura para evitar que rasguem ou sejam perfuradas e consequentemente vazem.

Os perfurocortantes – agulhas, lâminas e outros equipamentos – estão incluídos em uma categoria específica de lixo que deve ser descartada usando procedimentos especiais. Como esses materiais apresentam risco de espetar ou cortar a pele, deve-se ter cuidado especial e descartá-los em caixas ou receptáculos especialmente projetados. Os recipientes para descarte de perfurocortantes devem ser resistentes a perfuração e vazamento e devem ser fecháveis. Eles devem ser mantidos em um local seguro, que reduza o risco de acidente a pacientes, visitantes e PASs. Quando as caixas estão com três quartos do seu volume preenchido, devem ser fechadas com segurança e colocadas em um ponto de coleta indicado. É importante que os PASs não sobrecarreguem essas caixas.

Muitas formas de lixo gerado no processo de assistência à saúde não são infecciosas. Lixos diversos, como vestimentas levemente sujas, esponjas, luvas descartáveis, etc., não precisam ser classificados como infecciosos e podem ser colocados no lixo comum. Além disso, o lixo gerado pelas funções de apoio – papel, caixas de papelão e vidraria, por exemplo – não se encaixa na categoria de lixo hospitalar regulado e não precisa de métodos especiais de manuseio ou descarte. De fato, da perspectiva financeira, é muito importante separar o lixo comum do lixo assistencial por causa do maior custo do descarte deste em comparação àquele: o descarte do lixo hospitalar é 5 a 20 vezes mais caro que o do lixo comum.

Após a coleta do lixo, os PASs devem transportá-lo para uma área de armazenamento adequada, aguardando o transporte para outro local. Os hospitais devem ter vias de deslocamento de lixo e de materiais estéreis ou limpos dentro do prédio, de modo que essas duas vias não entrem em contato. Além disso, a equipe do transporte de lixo deve evitar a área de trânsito de pacientes e visitantes.

A integridade dos recipientes de lixo deve ser mantida durante o transporte. Carros à prova de vazamento revestidos com plástico podem ser usados para transportar o lixo infectante do ponto de origem para a área de armazenamento onde é acumulado para transporte para fora do hospital. Para evitar a transmissão de infecções, os carros devem ser limpos de acordo com o programa de limpeza e desinfecção.

Para evitar a transmissão inadvertida de infecções, as áreas de armazenamento de lixo hospitalar devem ser separadas daquelas onde os materiais limpos são armazenados e devem ter acesso limitado.

Dois dos elementos mais importantes no serviço de coleta de lixo hospitalar são tratamento e descarte. Embora os regulamentos federais e estaduais restrinjam alguns métodos de descarte, existem vários processos e tecnologias modernas e em desenvolvimento para ajudar os hospitais. Felizmente, não existem riscos de infecção conhecidos associados a qualquer tipo de método de tratamento ou descarte de lixo hospitalar. Os hospitais devem descartar o lixo hospitalar usando um dos seguintes métodos:

- Aterros sanitários. A maioria dos aterros sanitários é limitada por regulamentos ou escolha da comunidade para o lixo comum e não aceita lixo hospitalar não processado. Entretanto, há métodos de processamento que tornam o lixo hospitalar inócuo, podendo gerar um produto final aceitável para alguns aterros sanitários. Várias tecnologias podem tratar o lixo hospitalar regulado e torná-lo irreconhecível e adequado para o descarte no aterro sanitário. Por exemplo, a tecnologia de micro-ondas corta o lixo hospitalar em pedaços e o expõe a vários conjuntos de micro-ondas. Os sistemas de descarte de perfurocortantes os destroem e derretem, e qualquer plástico associado é transformado em um bloco sólido.
- Descarte no esgoto. É o método de escolha para lixo líquido corporal, como urina e amostras de sangue. Os hospitais devem consultar e seguir as políticas da autoridade de tratamento de esgoto local para evitar multas e sanções. O tipo de lixo gerado pela assistência à saúde depende das autoridades, isto é, se elas o aceitarão e sob quais circunstâncias.
- Incineração. A incineração é um método comum para descarte de vários tipos de lixo, incluindo o hospitalar. As vantagens da incineração incluem a eliminação do risco ao torná-lo irreconhecível como lixo hospitalar, a redução do volume de material a ser descartado e o potencial para obter calor e energia, esse serviço aumentam os custos dos serviços, tornando-a inviável para muitos hospitais.
- Autoclave ou esterilização a vapor. O autoclave, ou esterilização a vapor, é outro método de descarte comum usado pelos hospitais. O vapor saturado e pressurizado usado no processo não libera descarga química, e o sistema é relativamente barato para a instituição. O autoclave é muitas vezes usado em combinação com picadores e outros sistemas de destruição, pois ele sozinho não reduz o



volume do lixo ou o torna irreconhecível, o que é uma preocupação nos regulamentos de descarte, especialmente para o lixo anatômico e patológico. Estão sendo desenvolvidas novas abordagens para esterilização a vapor que incluem avanços para maior redução de volume, embora o reconhecimento como lixo hospitalar ainda seja um problema.

- Desinfecção mecânica/química. Essa tecnologia torna o lixo hospitalar irreconhecível. Com esse processo, o lixo é primeiro picado ou pulverizado enquanto grandes volumes de água e desinfetante (em geral cloro) são adicionados à mistura. O líquido é descartado no esgoto, e o lixo sólido é transportado para o aterro sanitário.
- Tecnologias que usam laser. Essas tecnologias mais recentes derretem o lixo hospitalar usando o calor gerado pelo laser, mas têm alguns problemas para cumprir as exigências de controle de emissão. Nos sistemas de desativação eletrotérmica, a água absorve a energia de ondas de rádio de baixa frequência, essa energia aquece a água e leva a sua desinfecção. Embora permaneça em sua forma original, o lixo tratado pode ser reciclado.
- Tecnologia de arco de plasma. Esse tipo de tecnologia direciona uma corrente elétrica por meio de um vapor de gás de baixa pressão para criar temperaturas muito elevadas. À medida que o lixo é injetado nesse sistema, ele é decomposto em seus elementos atômicos. Outra forma dessa tecnologia usa as temperaturas elevadas do arco de plasma para combustão.

Considerando os estudos sobre a matéria, bem como informações coletadas junto aos administradores das unidades de saúde, anexamos tabela de produção de lixo hospitalar de cada unidade de saúde, cujo conteúdo serviu como parâmetro para elaboração da rota de recolhimento e mensuração da quantidade de serviços a serem contratados.



ANEXO 8
ATA DE REGISTO DE PREÇOS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____

PROCESSO Nº 468/2017

LICITAÇÃO Nº 005/CPL/2018

VALIDADE: 12 (doze) Meses a partir da assinatura.

Aos ____ dias do mês de ____ de 2018, na Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, CNPJ nº 29.138.294/0001-02, é celebrado o presente compromisso entre o MUNICÍPIO DE PARACAMBI, por intermédio do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado Município e a empresa ____ estabelecida na ____ CNPJ nº ____, doravante denominada COMPROMITENTE, neste ato representada pelo Sr.____, brasileiro, ____, natural do ____, residente e domiciliado na Rua _____, Cep: ____ inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº ____, RG nº _____, de acordo com o processo administrativo nº **468/2017**, observadas as Leis **Lei** Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 4.054 de 03 de fevereiro 2015, Decreto Municipal nº 4.250, de 02 de dezembro 2015, Decreto Municipal nº 4.482/2017, Decreto Municipal nº 4.481/2017e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas, e ainda o edital nº 005/CPL/2018, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata, tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ACONDICIONAMENTO E ENCAMINHAMENTO PARA DISPOSIÇÃO FINAL E/OU TRATAMENTO ESPECÍFICO ADEQUADO, DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, DE RESÍDUOS PERFUROCORTANTES, RESÍDUOS COMUNS DE SAÚDE E RESÍDUOS QUÍMICOS (DORAVANTE DESIGNADOS SIMPLEMENTE LIXO DE SERVIÇOS DE SAÚDE) GERADOS NAS UNIDADES BÁSICAS, CENTROS ESPECIALIZADOS E UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DORAVANTE DESIGNADA SIMPLEMENTE SEMUS**, conforme especificado no seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

Parágrafo único. A **CONTRATADA**, de acordo com a licitação nº **005/CPL/2017**, obriga-se ao fornecimento dos itens nas condições previstas neste Contrato e no Termo de Referência.



Parágrafo Segundo – A presente ata vincula, com força contratual, a **COMPROMITENTE** a fornecer os produtos nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Terceiro - O presente registro de preços não obriga o **MUNICÍPIO** a solicitar qualquer quantidade de bens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Parágrafo Único - O prazo de validade deste Registro de Preços, será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Parágrafo Único - Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) solicitar o fornecimento daquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência a ele no caso de outra licitação realizada para o mesmo objeto desse registro;
- b) realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- c) fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente objeto;
- d) exercer a fiscalização do fornecimento solicitado;
- e) receber provisória e definitivamente o objeto a ser fornecido nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Parágrafo Único - Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

- a) Fornecer o objeto licitado de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata, observado, sempre, a adequação do prazo de validade do produto e dentro do prazo requerido pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- c) Acatar as instruções emanadas da fiscalização;



- d) Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento, a menos que expressamente autorizada pelo **MUNICÍPIO**;
- e) Atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento;
- g) Não transferir ou ceder a obrigação de fornecer prevista nesta ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento ao **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.
- h) Cumprir com todas as obrigações fixadas no Termo de Referência e demais instrumentos integrantes no Edital.
- i) Manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pelo **MUNICÍPIO** ao longo da vigência do registro de preços, conforme o previsto no artigo 27 e 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93 e exigido no edital nº 005/CPL/2018 e seu respectivo Termo de Referência.
- j) Proceder à substituição do produto que for entregue fora de suas especificações, no prazo indicado na notificação.
- k) Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete, referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

Parágrafo único. Independentemente de aceitação, a **CONTRATADA** garantirá a qualidade dos bens de consumo pelo prazo mínimo determinado em lei, a contar da data de sua entrega ao **MUNICÍPIO**, se outro superior não for exigido no Termo de Referência, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito, desde que não sanado a vício no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 266 – FNS CUSTEIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00

DOTAÇÃO: 369

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0015.2105

Nota de Empenho: _____



CLÁUSULA SEXTA- DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS

Parágrafo Único – Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo **MUNICÍPIO**, nos termos desta ata, será da ordem de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

Parágrafo Primeiro – O fornecimento deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo – A cada fornecimento solicitado, o local e o prazo de entrega serão definidos pelo **MUNICÍPIO**, de acordo com o termo de referência em anexo, a proposta vencedora da Licitação e a presente ata.

Parágrafo Terceiro – A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela Secretaria Requisitante.

Parágrafo Quarto – O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações de fornecimento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do Contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quinto- O representante do **MUNICÍPIO**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do fornecimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Sexto – A **COMPROMITENTE** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sétimo–A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento não excluem ou atenuam a responsabilidade da **COMPROMITENTE**, nem a exime de manter fiscalização própria.



Parágrafo Oitavo – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto da presente ata de registro de preços, o fato será comunicado à **COMPROMITENTE**, que deverá promover o reparo ou a troca no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

Parágrafo Primeiro – A **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Segundo – A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento, podendo o **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Terceiro – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Segundo, ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

Parágrafo Quarto – A **COMPROMITENTE** é responsável por todas as despesas com frete, embalagens, equipamentos, impostos, mão-de-obra, entre outras que vise a execução da presente ata e em hipótese alguma destacadas na Nota Fiscal.

CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro – O **MUNICÍPIO** deverá pagar à **COMPROMITENTE** o valor total constante de cada fatura apresentada, que deverá corresponder ao fornecimento solicitado pelo **MUNICÍPIO**, sendo o pagamento efetuado diretamente na conta corrente de titularidade da **COMPROMITENTE** indicada no formulário de pedido de pagamento.

Parágrafo Segundo – O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, ou em 05 (cinco) dias úteis, na forma do §3º, art. 5º da Lei 8.666/93, devendo então a **COMPROMITENTE** promover a entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do objeto.

Parágrafo Terceiro – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Quarto – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia



de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

Parágrafo Primeiro – O **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco) por cento do valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento, a ser restituída após execução satisfatória das obrigações da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Segundo – Caso o valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da solicitação de fornecimento.

Parágrafo Terceiro – Em caso de rescisão da ata motivada por culpa do comprometente, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo Quarto – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontadas da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa da ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto – Qualquer garantia que venha a ser prestada deverá obrigatoriamente ser depositada na Tesouraria da Secretaria Municipal de Finanças (SECFIN), situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ – Tel. (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO

Parágrafo Primeiro – A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Parágrafo Segundo – A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

- a) Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.



b) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;
- II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo terceiro – O Fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 4.054/2015, nas seguintes hipóteses:

- I - Se o fornecedor descumprir as condições estabelecidas no contrato celebrado;
- II - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior ao praticado no mercado;
- III – Tiver presentes razões de interesse público.
- IV – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**, sem a justificativa aceitável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro – O registro de preços dos bens contemplados nesta ata poderá ser cancelado:

I – pela Administração, quando:

- a) os preços registrados apresentarem-se superiores aos do mercado, sem que o fornecedor aceite reduzir o preço registrado;
- b) ocorrer uma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, situação que equivalerá, para fins de consequências jurídicas, à rescisão contratual, incluindo os casos de descumprimento das condições da presente ata e da não retirada da nota de empenho ou ordem de serviço correspondente à solicitação de fornecimento, sem justificativa aceitável.

II – O registro de preços poderá ser suspenso a pedido do fornecedor, mediante requerimento por escrito e sujeito à aprovação do órgão gerenciador, quando ficar comprovada a impossibilidade definitiva ou temporária, de cumprir as exigências da licitação por pregão que deu origem ao Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro de preço será formalmente motivado nos autos do processo administrativo, assegurado à **COMPROMITENTE** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.



Parágrafo Terceiro – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Quarto- Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da **COMPROMITENTE**, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro – A inexecução do fornecimento, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado, sempre que aplicável, o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo segundo – A aplicação de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do órgão gerenciador, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

Parágrafo terceiro – A imposição das demais penalidades é de competência exclusiva da **PREFEITA**, a teor do disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta



e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

Parágrafo quinto – As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo Quarto.

Parágrafo sexto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

Parágrafo sétimo – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da Ata de Registro, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo oitavo – O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Parágrafo Primeiro – As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face do **MUNICÍPIO**, quando não comportarem cobrança amigável.

Parágrafo Segundo – Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

Parágrafo Primeiro – O presente registro não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo Segundo – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Parágrafo Primeiro – Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante o **MUNICÍPIO**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo Segundo – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo Primeiro – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.

Parágrafo Segundo – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Terceiro – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantagem na contratação da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA

Parágrafo Primeiro – Após a assinatura da presente ata, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo oficial de publicação do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

Parágrafo Segundo – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.



Paracambi, ____ de _____ de 2018.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA

Testemunhas

1 _____

2 _____



ANEXO 9

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atesto que o Srº _____, portador da carteira de identidade nº _____, representando a empresa _____, CNPJ _____, sediada a _____ nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 005/CPL/2017, através de visita realizada junto à Secretaria Municipal de Saúde, tomou conhecimento e esta ciente das condições, dos locais e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias à prestação dos serviços objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

Paracambi _____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo do responsável
Secretário Municipal

Assinatura do Representante da Licitante



ANEXO 10

Declaração de Concordância dos Termos do Edital

A _____, situada a _____, inscrita no CNPJ nº _____, representada por seu representante o(a) senhor(a) _____, vem declarar que manterá a execução da **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ACONDICIONAMENTO E ENCAMINHAMENTO PARA DISPOSIÇÃO FINAL E/OU TRATAMENTO ESPECÍFICO ADEQUADO, DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, DE RESÍDUOS PERFUROCORTANTES, RESÍDUOS COMUNS DE SAÚDE E RESÍDUOS QUÍMICOS (DORAVANTE DESIGNADOS SIMPLEMENTE LIXO DE SERVIÇOS DE SAÚDE) GERADOS NAS UNIDADES BÁSICAS, CENTROS ESPECIALIZADOS E UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DORAVANTE DESIGNADA SIMPLEMENTE SEMUS**, de acordo com os termos do edital do processo administrativo nº 468/2017, da proposta objeto da Licitação – Pregão Presencial nº 005/CPL/2017, no valor final mensal de R\$ _____ (_____), sob as penas da lei que regem a Administração Pública.

Paracambi, _____ de _____ de 2018

Representante

ID.:
CPF.:



COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

LICITAÇÃO COM RESERVA DE ITEM PARA ME / EPP / MEI

LICITAÇÃO N.º 005/CPL/2018

PROCESSO N.º 468/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ORIGEM DOS RECURSOS: 266 – FNS CUSTEIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00

DOTAÇÃO: 369

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0015.2105

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 246.060,00 (Duzentos e quarenta e seis mil e sessenta reais)

VISITA TÉCNICA E RETIRADA DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA: Do dia da Publicação do edital, até a véspera da data de entrega dos envelopes no horário de 10:00 às 16:00 horas.

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 09 DE MARÇO DE 2018 ÀS 15:00 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 09 DE MARÇO DE 2018 ÀS 15:00 HORAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ACONDICIONAMENTO E ENCAMINHAMENTO PARA DISPOSIÇÃO FINAL E/OU TRATAMENTO ESPECÍFICO ADEQUADO, DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, DE RESÍDUOS PERFUROCORTANTES, RESÍDUOS COMUNS DE SAÚDE E RESÍDUOS QUÍMICOS (DORAVANTE DESIGNADOS SIMPLEMENTE LIXO DE SERVIÇOS DE SAÚDE) GERADOS NAS UNIDADES BÁSICAS, CENTROS ESPECIALIZADOS E UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DORAVANTE DESIGNADA SIMPLEMENTE SEMUS.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALIDADE DO CONTRATO: 04 (QUATRO) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Minuta de Contrato
Anexo 7	-	Termo de Referência
Anexo 8	-	Ata de Registro de Preços
Anexo 9	-	Atestado de Visita Técnica
Anexo 10	-	Declaração de Concordância dos Termos do Edital

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro



RAZÃO SOCIAL			CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:			
E-MAIL:			
RECEBIDO POR:		DATA:	